O IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA DE COTAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR COMO PRÁTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL EMANCIPATÓRIA

DIEGO PACHECO[1];
ROBERTA ELPÍDIO CARDOSO[2];
NEI ANTONIO NUNES[3]

[1] *Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) – diegu.pacheco@gmail.com*
[2] *Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) – robertaecardoso@gmail.com*
[3] *Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) – neinunes1969@gmail.com*

Resumo
Busca-se analisar o impacto e a transformação social oriundos da política de cotas para ingresso nos cursos superiores de um Instituto Federal, a partir da perspectiva das inovações sociais emancipatórias. Em face da importância social e educacional que podem gerar níveis de emancipação, analisa-se práticas que inovam socialmente na medida em que instrumentalizam os sujeitos criticamente com capacidade de elaboração científica, política e ética. Realizou-se um estudo de caso qualitativo, com dados levantados por meio de entrevistas, questionários e pesquisa documental. Observou-se que os sujeitos foram estimulados a recuperar a autonomia sobre as suas vidas, implicando a eles sentimentos de capacidade, valorização, reconhecimento, esperança, empatia, novas perspectivas de futuro e manutenção ou aumento do desejo de contribuir com a comunidade. Com isso pode-se afirmar os avanços emancipatórios como impactos e transformações sociais inovadores advindos da política de cotas pesquisada.

Palavras-chave: Inovação Social, Política de cotas, Emancipação, Foucault.

Introdução

Uma leitura possível das vicissitudes vivenciadas em nossos dias indica que na contemporaneidade se observa uma “ditadura do lucro da posse”, um desprezo pela justiça social que tem desdobramentos no saber e no comportamento humano. Nesta perspectiva, o mecanismo do mercado transforma “tudo” – inclusive os sujeitos em mercadoria, esvaziando as futuras gerações de esperança (ORDINE, 2016).

Pouco alentadora também é a constatação da amplificação e legitimação de discursos conservadores por parte de agentes do Estado que negam os fantasmas do passado histórico brasileiro e a realidade do presente, desautorizando aqueles que reivindicam a consecução dos direitos inalienáveis à condição de cidadãos das minorias (SCHWARCZ, 2019).

Neste cenário que produz não raro sujeitos dessituados da realidade, que desconhecem o sentido ético-político de si e da vida, a estrutura estatal e as políticas públicas se mostram incipientes para a eliminação dos problemas que afetam a sociedade, como as desigualdades sociais (SANDEL, 2012).

Dados que visibilizam conhecer desigualdades sociais no Brasil e em outros países são amplamente divulgados, gerando reflexão e iniciativas que visam a resolução de problemas. O debate sobre o tema está sobretudo em identificar quais soluções são as mais eficientes para combatê-las. O desenvolvimento e implementação de inovações sociais ingressam nesse debate como estratégias promissoras presentes em diversos programas políticos que buscam o desenvolvimento do potencial humano por meio da melhoria da qualidade de vida da população (POPOV; SOLOVEVA, 2018).

Ainda neste contexto as ações afirmativas surgem como possibilidades transitórias de promover a igualdade de oportunidades, a diversidade, a compensação histórica e a redistribuição de recursos para os grupos minoritários. Entre essas ações está a política de cotas – reserva de vagas que facilita o ingresso à educação, em especial ao ensino superior.

Entretanto, é necessário muito cuidado para que as instituições de ensino não se tornem instâncias de segregação, produzindo saberes e práticas amplamente hierarquizadas que privilegiam àqueles que se identificam com o discurso hegemônico e dominante no âmbito educacional (SILVA, 2017).

Certas iniciativas institucionais, por mais que objetivem incluir socialmente, podem, em determinadas configurações de poder, incluir para melhor excluir. Há um paradoxo no qual práticas de inclusão podem resultar em processos sofisticados de exclusão social. Diversamente, as inovações sociais devem resistir aos modelos de exclusão fomentando formas de emancipação social (NUNES et al., 2017).

Em face da importância social e educacional que podem gerar níveis de emancipação, analisa-se práticas que inovam socialmente na medida em que instrumentalizam os sujeitos criticamente com capacidade de elaboração científica, política e ética, como desdobramento dessas três dimensões do pensamento foucaultiano no impacto e transformação social na experiência da política de cotas para ingresso nos cursos superiores do IFSC. Além disso, anota-se que em 2023 se completaram 10 anos da política nacional de cotas para ingresso nas instituições federais de ensino, sendo um momento importante para refletir sobre os impactos da política pública..

Nessa perspectiva propõe-se a pergunta de pesquisa: Como a política de cotas para ingresso no ensino superior desenvolvida pelo IFSC pode ser caracterizada como prática de inovação social emancipatória?

O presente estudo pode ser útil para as instituições públicas de ensino, em especial às universidades federais e IFs que aplicam política de cotas no ingresso dos seus cursos técnicos e de graduação. Compreender a aplicação dessa política pode identificar seus limites e potencialidades e aliada às noções de inovação social emancipatória, apresentar uma nova perspectiva com consequências teórico-práticas.

As ações afirmativas e a política de cotas

A história relata que a humanidade viveu séculos tratando desigualmente os sujeitos e grupos sociais, criando distinções com base na ascendência, raça, religião, nacionalidade, classe social ou econômica e no gênero. Esses “marcadores sociais da diferença”, oriundos de construções históricas, locais, culturais e sociais, são representações sociais que exercem influência no mundo – e possuem efeitos ainda piores quando interseccionados. Em suas mais

variadas manifestações, trazem consequências estruturais funestas que estão presentes na sociedade (SCHWARCZ, 2019).

Como reação às desigualdades sociais historicamente construídas, surgiram as ações afirmativas. Tratam-se de "medidas públicas e privadas, coercitivas ou voluntárias, implementadas na promoção/integração de indivíduos e grupos sociais tradicionalmente discriminados" (CRUZ, 2003, p. 185). Muito além de cotas para ingresso na educação, a ação afirmativa é "qualquer postura estatal e privada favorável à integração socioeconômica das minorias, garantindo ao mesmo tempo a identidade sociocultural dos grupos minoritários" (CRUZ, 2003, p. 213) ou de parte dos grupos majoritários (MCCRUDDEN, 2015).

A política de cotas, em especial, é uma política pública de ação afirmativa que objetiva a universalização do acesso à educação por meio da implementação de incentivos provisórios a membros de grupos minoritários com baixo poder econômico, oriundos de escolas públicas, minorias étnicas/raciais e/ou pessoas com deficiência (SOUZA; BRANDALISE, 2016).

A política de cotas como resposta prática às desigualdades sociais, prevenindo à discriminação direta, redistribuindo recursos para grupos minoritários, promovendo a diversidade, a igualdade de oportunidades e o reconhecimento dos valores culturais, é uma medida necessária diante de todas as perversas consequências do racismo estrutural e precarização da vida que compõe a realidade brasileira. Contudo, como toda política pública, não prescinde de um escrutínio – e uma das formas de fazer isso é analisá-la a partir das inovações sociais geradoras de níveis de emancipação (cognitiva, social, econômica, política e ética).

A seguir se abordará o tema da inovação social, suas práticas e seus efeitos, em especial o emancipatório.

As inovações sociais

A inovação tecnológica é normalmente vinculada às proposições oriundas do pensamento Schumpeteriano, como impulsionador da geração de valor econômico (CAJAIBA-SANTANA, 2014; BIGNETTI, 2011). Uma outra perspectiva assume que as mudanças tecnológicas não são suficientes para superar os desafios da sociedade, exigindo distintas formas de práticas que melhorem a relação entre o indivíduo, a natureza e a sociedade (MAURER; SILVA, 2014).

É nesse contexto que as inovações sociais se apresentam como possibilidades de respostas aos problemas sociais atuais, como o declínio de algumas atividades econômicas, violência endêmica, envelhecimento da população, migração, mobilidade urbana, mudança climática e pobreza (NIJNIK et al., 2019; VAN WIJK et al., 2018).

A inovação social possui várias concepções que variam conforme a visão teórica e o contexto dos pesquisadores que as elaboraram. Algumas perspectivas se aproximam da inovação tecnológica, com termos estritamente econômicos de mercado e com foco nas organizações privadas, sendo o "social" acrescentado para melhorar as condições de trabalho com o objetivo de ampliar a produtividade das organizações (JESSOP et al., 2013; MOULAERT et al., 2005). Há também estudos que apontam a relevância da inovação social promovida pela iniciativa privada para a criação de valor juntamente com o lucro (OEIJ et al., 2019).

Enfatizar unicamente os aspectos econômicos das inovações sociais pode conduzir a uma interpretação reducionista de seu potencial e dos seus efeitos, pois "tende a ignorar os aspectos macroeconômicos distintivos da inovação social como um conjunto interativo de práticas; além disso, negligencia os aspectos econômicos das inovações sociais que não são imediatamente econômicos em seus objetivos" (JESSOP et al., 2013, p. 111, tradução nossa).

Diante da perspectiva emancipatória da inovação social que esta pesquisa pretende discutir, adota-se o conceito de Mulgan (2006, p. 146, tradução nossa): "inovações sociais são atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente difundidos através de organizações cujos objetivos primários são sociais", e ainda, o conceito de Cloutier (2003, p. 3, tradução nossa): "dispositivo de acompanhamento destinado a provocar mudanças duradouras no indivíduo, desenvolvê-lo para recuperar o poder ao longo de sua própria vida".

Para analisar a inovação social em profundidade, Buckland e Murillo (2013; 2014) propõem um modelo, apresentado abaixo, com um enfoque holístico, orientado aos processos e resultados. Para os autores, as inovações sociais precisam ser testadas e resultar em um impacto social mensurável.

Quadro 1 – Modelo de análise da inovação social

	Variável	Contexto
1	Impacto e transformação social	Toda inovação social objetiva resolver um ou vários problemas sociais. Por "social" entende-se os desafios ambientais, éticos e/ou econômicos. Esta variável busca mensurar os resultados esperados em relação ao problema atacado. Há várias ferramentas para a medição do impacto social, variando a mais adequada conforme o contexto e o tipo de inovação social.
2	Colaboração intersetorial	A inovação social normalmente acontece por meio da colaboração entre os atores envolvidos, incluindo os setores privado, público, coletivo e individual. A forma de interação depende do tipo de inovação social.
3	Sustentabilidade	São dimensionados os recursos necessários para garantir a sustentabilidade econômica e a viabilidade a longo prazo da inovação social.
4	Tipo de inovação	Há dois modelos de inovações sociais: 1) aberto, quando é permitida a cópia das ideias pelos usuários e outros interessados; 2) fechado, quando se baseia na propriedade intelectual, no qual o conhecimento permanece apenas com o autor.
5	Escalabilidade e replicabilidade	A capacidade de escalar ou replicar a inovação social é importante por conta da dimensão global de vários problemas sociais, como as mudanças climáticas e migrações massivas). Além disso a globalização pode impactar a expansão das inovações sociais.

Fonte: Adaptado de Buckland e Murillo (2013; 2014) e Patias et al. (2017).

Diante do exposto, as inovações sociais se apresentam como respostas à complexidade dos problemas sociais atuais e um campo profícuo de estudo. Analisar essas práticas, ainda

mais em uma perspectiva emancipatória, é um desafio. Para avançar nesta empreitada, à luz da analítica foucaultiana, compreende-se o modelo como um instrumento de análise que será orientado pela teoria discutida a seguir.

As inovações sociais emancipatórias

O efeito emancipatório das inovações sociais pode ser encontrado na abordagem integradora com foco nos processos de subjetivação. A emancipação estaria, sobretudo nessa perspectiva, nos modos de como os atores participam das inovações, desde a concepção até a implementação. "O usuário não é, portanto, beneficiário de um serviço, mas um ator de uma organização, de um projeto que ele reconhece como seu. A inovação social é criada e implementada por si e para si" (CLOUTIER, 2003, p. 9, tradução nossa), reconhecendo o pertencimento, o protagonismo e a capacidade dos sujeitos para a resolução dos seus próprios problemas. Não se trata apenas de uma mudança de modelo de gestão organizacional no sentido tradicional do termo, mas de uma participação ativa nas relações de poder socialmente constituídas.

Nada impede, entretanto, que o protagonismo da inovação social inicie por um grupo que não seja o destinatário dela (prática indireta de inovação social), desde que tenha consciência das necessidades dos usuários, busque a satisfação dessas necessidades e que a responsabilidade pelas práticas da inovação social seja compartilhada com os destinatários assim que possível (CHAMBON; DAVID; DEVEVEY, 1982).

Por meio da filosofia contemporânea é possível vislumbrar distintas visões sobre emancipação. Para este estudo elegeu-se a análise de Michel Foucault. Contudo, na apresentação da concepção foucaultiana, é mister apresentar a discussão introduzida por Immanuel Kant sobre o tema.

Para Kant (2009), o esclarecimento (Aufklärung) é um processo de saída do homem da menoridade, momento em que passa a fazer uso do seu próprio entendimento sem a direção de outrem, tornando-se um sujeito racional autônomo (AMBROSINI, 2012).

O objetivo da emancipação, nesse contexto, é eliminar as barreiras que impedem o pleno gozo da liberdade. Somente quando essas barreiras forem eliminadas, os sujeitos poderão ser autônomos (RYAN, 1998).

Para Foucault, cotejando com Kant, a emancipação é um processo complexo, no qual os sujeitos podem fazer uso do seu próprio entendimento, tornando-se pensantes por si mesmos. A saída da menoridade não se trata de um momento pontual, exato, mas de um conjunto de transformações realizadas paulatinamente (FOUCAULT, 1984b)

A menoridade está presente, por exemplo, na relação desigual em que o sujeito é submetido à gestão de um outro que reduz a sua subjetividade (para Kant, na relação entre o uso da própria razão com a direção sujeitadora de um "outro"). Foucault dirá que a função da aufklärung é, portanto, redistribuir essas "relações de governo" do sujeito sobre si mesmo e sobre os outros (FOUCAULT, 2010).

Mutatis mutandis, Foucault reconhece o caráter decisivo da educação no processo de formação dos sujeitos individual e socialmente. Nela, habita a possibilidade de uma formação para a emancipação que resista aos estados de heteronomia do presente no qual os sujeitos estão inseridos.

O sujeito, campo de estudo do Foucault, é analisado por meio de três domínios investigativos: em relação à verdade, interrogando sobre as práticas discursivas (ser-saber), às múltiplas manifestações do poder (ser-poder) e à ética no sentido da constituição de si mesmo como sujeito (ser-consigo) (GALLO; VEIGA-NETO, 2014; DREYFUS; RABINOW, 1995).

Sem propor uma analítica do sujeito, os três domínios de análise de Foucault procuram inventariar as formas de constituição do sujeito, também chamadas de processos de subjetivação. "O sujeito não é "natural"" (VEYNE, 2008, p. 109), é constituído em cada época nos dispositivos e pelos discursos, pelas reações da sua liberdade nos jogos de forças sociais e pelas suas eventuais "estetizações".

Para Foucault (1995), as lutas sociais, como formas de resistência contra as diferentes formas de poder, em especial contra as formas de sujeição e submissão, têm um papel importante nos jogos de força sociais frente à lógica autoritária e excludente. A escolha das melhores estratégias para se opor às práticas de repressão não prescinde da análise do poder (FOUCAULT, 1998b).

Entre as formas de resistência está a crítica, que consiste em analisar os processos históricos de subjetivação e, assim, as "condições históricas segundo as quais se constituem relações com a verdade, com a regra e consigo próprio" (VEYNE, 2008, p. 123).

Assim a emancipação do sujeito em relação ao domínio do saber está sobretudo na sua habilidade crítica diante dos "regimes de verdade" histórico e socialmente constituídos nos quais está inserido, pondo em xeque saberes e práticas sociais naturalizados, normalizados e universalizados.

O filósofo francês também faz uma investigação crítica sobre o poder ao interrogar as relações de poder. Assim Foucault analisa o contexto formado pelas relações de poder e identifica os instrumentos para isso ou ainda, busca identificar relações entre meios (táticas) e fins (estratégia) (CASTRO, 2009; DREYFUS; RABINOW, 1995).

As relações de poder são aquelas que ocorrem "em que cada um (dos sujeitos) procura dirigir a conduta do outro" (FOUCAULT, 2004, p. 276). Pontua Foucault (1995) que a ação de conduzir condutas está mais próxima da noção de governo da vida do que do enfrentamento entre adversários, violência ou luta. Trata-se do governo dos homens, "um modo de ação sobre a ação dos outros" (FOUCAULT, 1995, p. 244). Desta forma o sujeito é o resultado das relações de poder nas quais ele participa ativamente e/ou passivamente e não um indivíduo "sobre o qual se exerce e se abate o poder" (FOUCAULT, 1998b, p. 161).

O autor usa a metáfora de uma rede para explicar o funcionamento das relações de poder. Nessa rede os sujeitos não só sofrem a ação, mas sempre a exercem em diferentes intensidades, sendo esses pontos de alvo/resistência condição para a existência dela (FOUCAULT, 1999). É nessa rede de poder que encontramos a aquiescência às formas de desigualdade e exclusão e, de modo inverso, a criação de novas formas de emancipação individual e social.

Assim, a emancipação do sujeito em relação ao poder/saber está na forma como se constitui e se posiciona frente às práticas sociais. Ao ser menos governado – e tendo condições para isso, poderá ter alcançado níveis de emancipação mais elevados. Percebe-se, portanto, que uma educação para a emancipação pode ampliar o nível de autonomia, liberdade e ação, reduzindo a submissão dos modos verticalizados de governo da vida.

Nos seus últimos trabalhos, Foucault (1998a, p. 12) faz um deslocamento teórico das suas pesquisas para "estudar os jogos de verdade na relação de si para si e a constituição de si

mesmo como sujeito". Com isso problematiza as "artes da existência", também denominadas "estéticas da existência" ou "técnicas de si", experiências éticas de construção autônoma do sujeito, manifestadas por meio do cuidado de si nas relações consigo (BRANDÃO, 2015; FOUCAULT, 2004; OLIVEIRA, 1999).

A ética, nessa perspectiva, é "a prática da liberdade" (FOUCAULT, 2004, p. 267), dito de outro modo, não há ética sem o exercício das práticas de liberdade. A emancipação individual e coletiva pressupõe a ampliação dos níveis de formação crítica e de liberdade que podem ser vivenciados nos espaços políticos, econômicos, jurídicos, etc.

Sendo assim, a emancipação estaria, sobretudo, em um exercício contínuo de si sobre si, na ordem do saber, quanto aos regimes de verdade histórico e socialmente constituídos, nas práticas sociais políticas e na forma como a sociedade valora e se autoconstitui.

Deste modo, a emancipação está na tarefa/dever permanente do esforço crítico de se compreender como um sujeito em um contexto histórico e social, com tudo aquilo que o forma, o condiciona. Portanto, a inovação social emancipatória, por meio da educação, deve propiciar aos sujeitos novos instrumentos para pensar, valorar e agir na sociedade, possibilitando-lhes níveis de autonomia. A autonomia é, portanto, a prática que permite aos sujeitos excluídos se reelaborarem, resistindo às injunções no campo do conhecimento e da política, se afirmando como sujeitos éticos.

Por fim, mediante uma prática educacional inovadora e emancipatória, o sujeito ganha ferramentas para superar estados de submissão presentes nos jogos de força sociais. Assim sendo, as inovações sociais emancipatórias e as ações afirmativas, em especial a política de cotas para ingresso no ensino superior, se inserem neste contexto como possibilidades de resistência aos efeitos dos "marcadores sociais de exclusão", criando oportunidades que podem permitir a constituição dos sujeitos, reconfigurando as relações de "governo" nos campos do saber, poder e ética.

Para entender as inovações sociais em uma perspectiva emancipatória, sugere-se o uso dos domínios investigativos de Michel Foucault – saber, poder e ética, articulados com a primeira variável do modelo de análise em profundidade de Buckland e Murillo (2013; 2014): impacto e transformação social.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada pelo método indutivo. Quanto ao enfoque, esta pesquisa é caracterizada como exploratória e descritiva, porquanto objetiva identificar os aspectos da inovação social emancipatória a partir da política de cotas, bem como descrever esta prática e como se manifesta (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A política de cotas para ingresso no ensino superior implementada pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é o objeto da presente pesquisa. O IFSC é um dos executores da política. É uma autarquia federal centenária, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tem sede em Florianópolis e possui 22 campi localizados em todas as regiões de Santa Catarina.

Os dados secundários foram levantados por meio da pesquisa documental e obtidos por meio de pesquisas à legislação pertinente e outros documentos institucionais. Esses dados foram necessários para corroborar e valorizar as evidências de outras fontes.

Os dados primários, por sua vez, foram coletados por meio das entrevistas. A amostra foi intencional, permitindo que o pesquisador escolhesse os sujeitos e locais que possuíam maior potencial de auxílio na resolução do problema da pesquisa (YIN, 2016) e por conveniência pois considerou a acessibilidade dos sujeitos, rapidez e custos envolvidos (HAIR et al., 2005). Para caracterizar os sujeitos entrevistados, foi aplicado um questionário. Anota-se que houve a anuência oral e gravada de todos os sujeitos da pesquisa por meio do termo de consentimento livre e esclarecido.

Inicialmente se levantou a relação candidato/vaga dos cursos superiores do IFSC referente ao ingresso no primeiro semestre de 2019. A escolha pelos cursos superiores em detrimento dos cursos técnicos ocorreu por conta da possibilidade de continuar os estudos no tema, que são predominantemente voltados a esse nível de educação. Já a opção pelo primeiro semestre do ano ocorreu diante da constatação de estar nele a maior quantidade de inscritos nos cursos. A relação candidato/vaga como critério para a escolha da amostra foi utilizada por se considerar a premissa de que quanto maior a demanda pelo curso, mais difícil o ingresso de um inscrito nele, sendo a reserva de vagas, a priori, mais necessária.

No primeiro semestre de 2019 o ingresso nos cursos de graduação do IFSC ocorreu por meio do SiSU. Nesse período foram ofertadas vagas em 48 cursos de graduação em 21 campi. Buscou-se para compor a amostra os 5 cursos com elevada relação candidato-vaga, permanecendo Gastronomia (Florianópolis Continente), Gestão da Tecnologia da Informação (Florianópolis). Engenharia Civil (Florianópolis e Criciúma) e Engenharia Elétrica (Itajaí) (IFSC, 2019).

Selecionado os cursos, restou escolher quais alunos seriam entrevistados. Para isso foram encaminhados e-mails para todos os alunos ativos dos cursos selecionados (1902 e-mails ao todo, utilizando a ferramenta *Mail Chimp*). Os primeiros 15 alunos cotistas disponíveis foram entrevistados. Optou-se por essa quantidade de entrevistas por entender que seria suficiente para responder à pergunta da presente pesquisa qualitativa.

As entrevistas não tiveram limite de tempo e foram gravadas, com a autorização oral dos entrevistados para posterior transcrição. Além disso, foi resguardado o anonimato dos entrevistados e garantido o entendimento dos objetivos da pesquisa.

A entrevista possibilita que as pessoas se expressem. Cabe aos pesquisadores – quem sabe aos "intelectuais específicos", como escreveu Foucault (1998b, p. 71), dar voz aos outros, reconhecendo o saber que as massas possuem e o "sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber". Como dirá Foucault (1998b), há algo de indigno em falar pelos outros e a entrevista, nessa ótica, possibilita transformar o discurso compartilhado em saber e prática social.

Durante toda a coleta de dados foram registrados os insights e impressões do pesquisador sobre indivíduos entrevistados e documentos coletados. Os registros, ou notas de campo (YIN, 2005), foram transcritos e contribuíram para a análise dos dados.

O horizonte do tempo foi o transversal, pois para o atendimento aos objetivos da pesquisa, a coleta de dados aconteceu em um único momento (VERGARA, 2016).

Para orientar a coleta, análise e interpretação dos dados foram utilizados os domínios investigativos de Michel Foucault, articulados com o modelo de análise em profundidade de Buckland e Murillo (2013; 2014). Por conta de limitações de espaço para a publicização dos resultados, será utilizada a primeira variável do modelo - impacto e transformação social.

A estratégia proposta para a análise de dados foi o ciclo de cinco fases indicado por YIN (2016): compilar, decompor, recompor, interpretar e concluir. Também foi utilizada a estratégia da triangulação, na qual busca-se múltiplos modos de verificar ou corroborar um determinado evento, descrição, ou fato que está sendo relatado por um estudo com o objetivo de reforçar a sua validade (YIN, 2016). Para isso foram utilizadas três fontes de evidências: pesquisa documental, entrevista e notas de campo.

Impacto e transformação social

A variável impacto e transformação social busca investigar quais impactos sociais são gerados pela prática de inovação social sob o ponto de vista do conhecimento, das relações político-sociais e da formação ética.

O ensino superior tem uma função importante para o aumento dos rendimentos auferidos com o trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2018), o rendimento médio daqueles que tinham ensino superior completo era aproximadamente três vezes maior do que o daqueles que tinham somente o ensino médio completo e cerca de seis vezes o daqueles sem instrução.

Dessa forma, a aumento da escolarização, em especial da qualificação profissional, tem uma função importante para o aumento da inserção no mundo do trabalho, para a melhoria nas condições de trabalho, para a redução dos postos de emprego de baixa qualidade e de alta rotatividade (IBGE, 2019), bem como para a interrupção de ciclos de pobreza que afetam muitas famílias brasileiras (SCHWARCZ, 2019).

Para os entrevistados (S1, S2, S3, S4, S8 e S9), a política de cotas possibilitou o ingresso pela primeira vez no ensino superior. Entretanto, os alunos S1, S3 e S4 já tentaram ingressar anteriormente, mas não conseguiram por não terem alcançado a pontuação mínima necessária para concorrer às vagas.

O entrevistado S3 tentou ingressar em uma universidade privada, mas desistiu por não conseguir arcar com as despesas dela: “Já tentei em dois vestibulares para... esqueci uma... aquela de São Paulo, Estácio, e para a UNIVALI em Itajaí [no caso ambas eram privadas, né?] Aham. [Ingressou em alguma delas?] Não, não dei jeito” (S3).

Os efeitos da desigualdade social se apresentam também como um obstáculo para permanência e êxito dos alunos e, por consequência, para a emancipação. A inovação social deve, sobretudo, superar esses efeitos permitindo que o processo emancipatório se estabeleça (CLOUTIER, 2003).

Observa-se, com base nos relatos de S3, S4, S6, S10, S13 e S15, que a dificuldade para acessar o ensino superior não está apenas nos reflexos da desigualdade social nos processos seletivos para ingresso nas instituições, mas também nas limitações que a situação financeira impõe às pessoas, a necessária busca por uma fonte de renda e as demandas familiares.

Para Foucault (2004, 2002), a problematização do sujeito está contida nos jogos de forças sociais, ou seja, nos espaços onde as regras de verdade são definidas e onde determinadas formas de subjetividade são criadas. O espaço educacional pode ser um desses lugares onde discursos, meios de difusão e debate são formados (REVEL, 2005). Assim a educação tem o potencial para alterar as relações de poder-saber nas quais os sujeitos estão inseridos, bem como para formar novas realidades (mais ou menos inclusivas) articuladas a

campos epistêmicos e processos valorativos. Entretanto, como já visto, as desigualdades sociais são refletidas na educação, exigindo posturas ativas do Estado para a superação dessas desigualdades e suas consequências.

Se não fosse a política de cotas, segundo os entrevistados S1, S7, S8, S9, S11, S13 e S14, seria difícil para eles ingressarem em um curso superior. A falta de recursos financeiros para pagar uma universidade privada ou um curso preparatório, bem como a dificuldade dos processos seletivos de ingresso foram os motivos apontados. Como afirma S11: "Eu acho que não [seria possível ingressar], porque não estaria fazendo o curso se não fosse a cota [...] para entrar no curso de gastronomia, como eu queria, só por meio da cota" (S11).

Diante dos motivos apontados, nenhum dos alunos entrevistados teria provavelmente ingressado, no mesmo semestre, no curso em que frequentam. Isso evidencia a importância da política de cotas para o percurso acadêmico dessas pessoas e para a melhoria das condições de trabalho e renda das suas famílias, além de ser requisito sem o qual não se estabeleceria as condições necessárias para a efetivação do processo emancipatório no campo do saber, das relações sociais e de uma reelaboração valorativa pela qual seja possível interpretar o mundo de modo mais crítico, se constituindo eticamente (FOUCAULT, 2004).

Ao terem acesso ao ensino superior e diante de todas as mudanças internas que podem ser acometidos, os estudantes por meio da política de cotas, podem ser capacitados para se posicionarem de forma diferente nos jogos de força sociais, tendo outras possibilidades de emancipação, cuidando de si e dos outros que os cercam, reduzindo a submissão dos modos verticalizados de governo da vida e se tornando sujeitos mais éticos (FOUCAULT, 2004).

Parte dos alunos entrevistados (S3, S5, S6, S7, S8, S9, S10, S13 e S15) informou que a política de cotas aumentou o interesse por assuntos comunitários, seja no sentido do interesse para compartilhar a possibilidade da política de cotas para quem desconhece, seja para o desenvolvimento de algo na área do curso que frequentam pensando no uso comunitário e igualitário, em "devolver para a sociedade": "Me sinto alguém diferente, mais capacitado, com a possibilidade de usar aquilo que aprendo hoje na universidade em prol da comunidade" (S3).

Como se observou nos entrevistados (e com resultados semelhantes na UERJ (MENDES JÚNIOR, 2014), os alunos cotistas tendem a atribuir maior valor ao curso que frequentam. Há uma percepção de que estão usufruindo de uma oportunidade singular e importante para a melhoria da sua vida e dos que os cercam.

A educação precisa contribuir para a constituição de sujeitos mais conscientes, que empreendem a crítica sobre a sua realidade, o que invariavelmente tangencia o interesse por assuntos que envolvem o seu entorno (ADORNO, 2003). Trata-se de uma consequência do modo como o sujeito se posiciona frente à produção da verdade viabilizada na relação poder/saber. Em determinadas configurações, este modo pode ser considerado uma prática social autônoma (FOUCAULT, 2006a).

Disse S9 que: "Talvez eu tenha valorizado um pouco mais as pessoas de cotas mais duras, mais baixas, sabe? Talvez a cota me tenha feito valorizar mais a realidade dos outros" (S9). Com a crítica, a educação pode ser um modo inovador de resistência às formas de exclusão cristalizadas no meio social (GALLO; VEIGA-NETO, 2014; FOUCAULT, 1999).

A influência da política de cotas para atuação profissional que possa contribuir para uma sociedade mais igualitária precisa ser reavaliada ao longo do tempo, inclusive após o término da formação superior. Asseverou S5: "Eu penso muito em investir, elaborar, criar

algo dentro do próprio curso que possa trazer benefício para a sociedade e para o próprio curso também". Este achado da pesquisa foi semelhante ao encontrado no estudo de Silva et al. (2018) com estudantes cotistas do curso de Medicina.

A política de cotas também proporcionou que os entrevistados tivessem novas perspectivas de futuro. Todos disseram ter interesse em continuar na área dos seus cursos quando se formarem, seja trabalhando no serviço público ou na iniciativa privada (S2, S3, S5, S6, S7, S10, S11 e S14), continuando os estudos (S1, S4, S9, S12, S13 e S15) ou atuando como docente (S8).

A emancipação, enquanto impacto e transformação da inovação social, mais especificamente da política de cotas para ingresso no ensino superior, reside no avanço de um processo de autonomia que proporciona aos alunos uma promoção de um cultivo de si, uma reelaboração de si que os fazem se perceberem diferentes nos jogos de forças sociais (BRAGA et al., 2019; SOUZA, 2006; FOUCAULT, 1995).

O entrevistado S5 relatou que depois do ingresso pela política de cotas passou a se perceber diferente, se sentir capaz de mudar a vida, ultrapassar uma trajetória da qual estava predestinado a ter: "Depois que eu entrei a visão ficou diferente, o campo ficou muito maior de visão, então pela cota, sim, por ter sido pela cota, vou poder mudar muita coisa na minha vida na visão que eu tive".

Percebe-se aqui um questionamento à heteronomia, aquela condição de aceitação à "existência dominante", que estabelece formas de ser, de viver e de morrer, bem como de aceitar estados de submissão e sujeição normalizadores (FOUCAULT, 2005; ADORNO, 2003).

Assim, ao criticar os "regimes de verdade" nos quais estão inseridos, os sujeitos, como no relato de S5 acima, passam a coexistir de outra forma nas relações de poder-saber, já que é nessa relação onde são criadas as práticas discursivas autoritárias e hegemônicas (FOUCAULT, 2006a).

No mesmo sentido encontra-se no discurso do aluno S15 o que pode ser considerado uma "desnormalização" (segundo o pensamento foucaultiano) de um itinerário de vida da pessoa de baixa renda, que adquire maior consciência de si e de suas potencialidades por meio das possibilidades de qualificação profissional advindas da política de cotas:

> A política de cotas trouxe uma possibilidade de profissionalização que eu não imaginava que teria, que não é normal ter, não é comum ter. Uma pessoa de baixa renda não alcança tanta coisa assim e a política de cotas veio para trazer essas oportunidades (S15).

Observa-se, portanto, uma mudança de perspectiva de futuro em todos os entrevistados que por meio da política de cotas, conseguem vislumbrar novas possibilidades profissionais. Algumas dessas perspectivas, inclusive, seriam mais difíceis de se concretizarem, conforme relatado por S12.

Assim como identificado nos resultados da pesquisa de Neves, Faro e Schmitz (2016), a política de cotas proporciona uma valorização simbólica de grupos minoritários, que é seguida por uma mudança na mentalidade desses sujeitos, que passam a se sentirem capazes de desenvolverem novas habilidades e de terem diferentes perspectivas de futuro. Importante destacar que essa valorização simbólica afeta por consequência o entorno dos estudantes, que podem contribuir financeiramente com suas famílias, ser exemplos de superação e incentivar que outros, assim como eles, também prossigam nos estudos. Há então uma mudança no nível

individual e social, ou seja, há um processo inovador de subjetivação, momento no qual o sujeito passa a compreender-se enquanto parte ativa de uma relação poder/saber nas dimensões individual e social (NIJNIK et al., 2019; CASTRO, 2009).

Além do ingresso no ensino superior, a política de cotas gerou mudanças – internas e externas, nos entrevistados. S10 relatou que sentiu esperança. Outra mudança identificada pela pesquisa foi a empatia, ou seja, a compreensão da experiência de outras pessoas ou o compartilhamento de sentimentos (HOJAT, 2016). A empatia tem uma dimensão ética, valorativa, que se relaciona com o cuidado de si e com o outro. De modo inovador, o cuidado de si exige um cultivo de si, um processo reflexivo interno, um trabalho no qual o sujeito empático precisa fazer sobre si mesmo e a todo momento se constituir na relação com os demais (RAMOS; OROZCO, 2019; FOUCAULT, 2004).

A construção da emancipação também pode acontecer por meio das experiências educacionais. A apresentação de trabalhos acadêmicos, o convívio com diferentes visões de mundo envolve invariavelmente as dimensões do saber, das relações de poder e da ética do aluno na medida em que aprende a se posicionar em público, a debater e a se reelaborar na relação com o outro (JESUS; BERTOLIN, 2023; GALLO; VEIGA-NETO, 2014; RUEEDE; LURTZ, 2012). Neste sentido, ingressar pela política de cotas possibilitou ao aluno S9 novas experiências práticas de vida, inclusive a apresentação de trabalhos acadêmicos em outros lugares.

Outra consequência da política de cotas encontrada, que pode ser um efeito do cuidado de si, é a percepção da valorização de si. Sentir-se valorizado é o sentimento de ter valor pelo que se é, é o reconhecimento de si enquanto ser livre para expressar a sua subjetividade (MARTINS; ROBAZZI, 2006). Segundo o entrevistado S1: “Me sinto mais valorizado pela instituição e tu acaba sabendo que pode fazer algo a mais: está estudando, está se evoluindo, né? E isso com certeza faz me sentir melhor” (S1).

Os sentimentos de capacidade e esperança relatados por alguns entrevistados podem ser consequências da percepção de uma maior liberdade de, a partir da política de cotas, superar estados de submissão presentes nos jogos de força sociais, o que acontece a partir de avanços emancipatórios (FOUCAULT, 1998b).

Segundo BAYMA (2012), para ser beneficiário das ações afirmativas, é necessário que o preconceito ou a discriminação dificulte o acesso de determinado grupo a espaços na sociedade, como à educação e ao trabalho. Diante disso, buscou-se entender o contexto de vida dos entrevistados referente à vivência de preconceito e discriminação.

A maior parte dos entrevistados foram categóricos de que nunca sofreram preconceito ou discriminação (S1, S2, S3, S5, S8, S9, S11, S12 e S15). Um dos efeitos da discriminação sistêmica é a naturalização/normalização da desigualdade social que permeia e afeta a percepção dos grupos minoritários e hierarquiza a sociedade (ALMEIDA, 2019).

A “sociedade da normalização”, como observou Foucault (2005), é aquela que manifesta veladamente os seus discursos (por vezes racistas, hierarquizados, conservadores e/ou acentuados pela desigualdade social) de forma corriqueira, trivial, escamoteada, fazendo com que sejam aceitos e reproduzidos mais facilmente. Por não ser percebida, amplia o seu efeito perverso (SOUZA, 2017). A constatação de que a maioria dos entrevistados negou ter sido vítima de preconceito ou discriminação, ao invés de questionar a legitimidade das ações afirmativas para essas pessoas, reafirma a importância da política de cotas diante de uma realidade excludente, oriunda das desigualdades sociais.

Ressalta-se que o preconceito e a discriminação, enquanto produtos do racismo, se mantém pela (re)produção de um discurso que justifica a desigualdade racial e pela constituição de sujeitos que naturalizam o preconceito e discriminação que sofrem. Desta forma, o racismo não depende uma ação consciente para existir (ALMEIDA, 2019), ao contrário, a hierarquia social moderna e capitalista é justamente opaca, impessoal e dificilmente visível (SOUZA, 2017).

Considerando que discriminação é "uma rede complexa de arranjos institucionais que produz desigualdades entre grupos" (PETTIGREW, 2015, p. 828, tradução nossa) e que todos os entrevistados disseram que a qualidade da educação básica pública ocasiona desigualdades, é um dado curioso que não tenham identificado discriminação consigo, tendo em vista que todos são oriundos de escolas públicas.

Percebe-se que, por meio da política de cotas, todos os entrevistados de algum modo foram estimulados a recuperar a autonomia sobre as suas vidas, pensando sobre as suas práticas, mudando as suas representações pessoais, implicando a eles sentimentos de capacidade, valorização, reconhecimento, esperança, empatia e novas perspectivas de futuro, além da manutenção ou aumento do desejo de contribuir com a comunidade. Com isso pode-se afirmar os avanços emancipatórios como impactos e transformações sociais inovadores advindos da política de cotas para ingresso no ensino superior (CLOUTIER, 2003).

Ao promover essas mudanças internas, a política de cotas possibilita um deslocamento de estados de sujeição, que formam sujeitos dóceis, submissos e normalizados, para estados de maior emancipação por meio de transformações nos campos do saber, poder e ética (FOUCAULT, 2010; ERIBON, 1990).

Assim, concluem-se a análise e interpretação dos dados coletados nesta pesquisa, bem como a discussão a partir da perspectiva teórica apresentada. No próximo capítulo estão as considerações finais do estudo.

Considerações finais

A emancipação enquanto uma época, um período, que se situa em relação ao passado, ao futuro e as transformações necessárias para o presente, como comenta Foucault (2000), demanda um questionamento sobre o que são esses processos emancipatórios – ou sujeitadores, que determinam o que se é hoje e que podem estabelecer o que se será amanhã – problematização que perpassa pela modos de constituição dos sujeitos em relação aos "regimes de verdade" no campo dos saberes constituídos, às relações sociais e ao plano ético, nos valores que orientam a vida individual e coletivamente.

Assim como na época do iluminismo alemão em que Kant (2009) vivia, a emancipação continua sendo um desafio/dever para todos os sujeitos. Nos tempos atuais, a educação pode ser uma ferramenta que extrapole a mera transmissão de conteúdos ou "modelagem" de pessoas, sendo baluarte de resistência ao autoritarismo e exclusão, como escreveu o Adorno (2003).

Conforme os achados desta pesquisa, a política de cotas para ingresso no ensino superior é uma inovação social emancipatória na medida em que intervém no acesso à educação pública, possibilitando que sujeitos obtenham meios de se constituírem de formas diferentes nos âmbitos do saber, poder e ética.

Destaca-se que nessa perspectiva a política de cotas não é apenas uma mera oportunidade de qualificação profissional para seus beneficiários, mas uma ferramenta poderosa capaz de auxiliar esses sujeitos a ultrapassarem estados de submissão e sujeição dos quais estão inseridos e assim emergirem sujeitos mais capazes de mudar a sua realidade.

Em tempos sombrios, como o que vivenciamos no atual cenário político brasileiro, no qual o ensino superior é acusado de ser um "instrumento de dominação política", a promoção de uma educação emancipatória que procure sobretudo estimular o pensamento crítico exige das instituições de ensino, pesquisa e extensão e dos profissionais da educação, atitudes próximas ao que Walter Benjamin (2017) descreve como "escovar a história a contrapelo", no sentido de contradizer discursos dominantes que não encontram respaldo na realidade.

Sendo a emancipação um processo complexo e contínuo (FOUCAULT, 2010; 1984a) no qual são redistribuídas as "relações de governo", pode-se afirmar que a política de cotas para ingresso no ensino superior contribuiu para um avanço no processo emancipatório dos sujeitos pesquisados, ao criar as condições possíveis para que os cotistas cuidem de si, implicando uma capacidade de autoelaboração, um exercício contínuo de si sobre si, nas práticas políticas e na forma como os sujeitos se valoram e se autoconstituem.

Reconhece-se como limitações da pesquisa o fato de ter sido concebida a partir da experiência da política de cotas de apenas um instituto federal, dentre outras instituições existentes e por ter entrevistado apenas os alunos que estavam frequentando os cursos.

Como ideias para pesquisas futuras sobre o tema, sugere-se a investigação acerca da influência da política de cotas para o interesse dos cotistas na atuação profissional voltada à assuntos comunitários.

Por fim, exorta-se para a criação de novos espaços emancipatórios, especialmente no âmbito da educação, por meio de inovações sociais comprometidas com o desafio que é a resistência aos modelos de exclusão social, autoritarismo e precarização da vida.

Referências

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. E-book.

AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 47, p. 378-391, 2012.

APOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BAYMA, F. Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 20, n. 75, p. 325-346, 2012.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, p. 3-14, 2011.

BRAGA, H. M. M.; OLIVEIRA, M. M.; LIMA, R. A. de; RODRIGUES, L. M. S.; OLIVEIRA, A. P. R. de. Inovação social como fenômeno multidimensional: Uma análise de demandas no contexto do Desenvolvimento Sustentável. **Research, Society and Development,** v. 8, p. 1-22, 2019.

BRANDÃO, R. T. P.. Foucault: uma introdução às artes da existência. **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 3, p. 379-391, 2015.

BUCKLAND, H.; MURILLO, D. **La Innovación Social en América Latina**: Marco conceptual y agentes. Barcelona, Espanha: Instituto de Innovación Social de ESADE y Fondo Multilateral de Inversiones (Banco Interamericano de Desarrollo), 2014. Acessado em 10 jun. 2019. Online. Disponível em: http://www.innovacion.cl/wp-content/uploads/2015/03/ESADE-FOMIN-La-innovacion-social-en-America-Latina-Marco-conceptual-y-agentes.pdf.

_____. **Vías hacia el cambio sistémico**: Ejemplos y variables para la Innovación Social. Barcelona, Espanha: Instituto de Innovación Social de ESADE, 2013. Acessado em 10 jun. 2019. Online. Disponível em: http://itemsweb.esade.es/wi/research/iis/publicacions/2013-04_Antenna-cast.pdf.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework, **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus ternas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAMBON, J.; DAVID A.; DEVEVEY, J. **Les innovations sociales**. Paris, França: Presses Universitaires de France, 1982.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Cahier du Crises, Collection Études Théoriques, n. ET0313. Québec, Canadá: Crises, 2003.

CRUZ, A. R. de S. **O direito à diferença**: as ações afirmativas como mecanismos de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ERIBON, D. **Michel Foucault:** 1926-1984. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998a.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998b.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Polemics, politics, and problemizations. In: RABINOW, Paul. (Org.) **The Foucault reader.** Nova Iorque, Estados Unidos da América: Pantheon Books, 1984a.

_____. **Politics, philosophy, culture: Interviews**. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge, 1990.

_____. Space, Knowledge, and Power. In: RABINOW, Paul. (Org.) **The Foucault reader.** Nova Iorque, Estados Unidos da América: Pantheon Books, 1984b.

GALLO, S.; VEIGA-NETO, A. Foucault pensa a educação: ensaio para uma filosofia da educação. In: AQUINO, J. G.; REGO, T. C. (Orgs.) **Foucault pensa a educação**: o diagnóstico do presente. São Paulo: Segmento, 2014.

HAIR, J. et al. **Fundamentos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HOJAT, M. Descriptions and Conceptualization. In: **Empathy in Health Professions Education and Patient Care**. Cham, Suíça: Springer, 2016.

IBGE. **Educação**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. **Rendimento de todas as fontes**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IFSC. **Relação candidato/vaga – Cursos de Graduação – SISU**. Acessado em 28 mar. 2019. Online. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/177207/951811/Relacao_CV_ED_14_2019_1SISU.pdf/62ef4f9c-905c-6a3c-f04f-52da9cdc1f89.

JESSOP, B.; MOULAERT, F.; HULGÅRD, L.; HAMDOUCH, A. Social innovation research: a new stage in innovation analysis? In: MOULAERT, F. et al. (Orgs.) **International handbook on social innovation**: collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham, Inglaterra: Edward Elgar, 2013.

JESUS, E. R. de; BERTOLIN, J. C. G. Lei de cotas educacionais e a paridade de participação: da redistribuição ao reconhecimento e à representação em um instituto federal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,** v. 39, n. 1, 2023.

KANT, E. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

MARTINS, J. T.; ROBAZZI, M. L. do C. C. Sentimentos de prazer e sofrimento de docentes na implementação de um currículo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, p. 284-290, 2006.

MAURER, A. M.; SILVA, T. N. Dimensões analíticas para identificação de inovações sociais: evidências de empreendimentos coletivos. **Brazilian Business Review**, v. 11, n. 6, p. 127-150, 2014.

MCCRUDDEN, C. Affirmative Action: Comparative Policies and Controversies. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2. ed., p. 248-255, 2015.

MENDES JÚNIOR, A. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio**, v. 22, n. 82, p. 31-56, 2014.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. The Process of Social Innovation. **Innovations: Technology, Governance, Globalization**, p. 145-162, 2006.

NEVES, P. S. C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. **Ensaio**, v. 24, n. 90, p. 127-160, 2016.

NIJNIK, M., SECCO, L., MILLER, D., MELNYKOVYCH, M. Can social innovation make a difference to forest-dependent communities? **Forest Policy and Economics**, 100, p. 207-213, 2019.

NUNES, N. A.; CASAGRANDE, J. L.; RAMOS, M. M. G.; SANTOS; A. A. P. dos; CORSEUIL, L. Participação comunitária como prática de inovação social: um estudo de caso no centro educacional Marista Lúcia Mayvorne. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, p. 154-180, 2017.

OEIJ, Peter R.A.; TORRE, Wouter van der; VAAS, Fietje; DHONDTA, Steven. Understanding social innovation as an innovation process: Applying the innovation journey model. **Journal of Business Research**, v. 101, p. 243-254, 2019.

OLIVEIRA, N. F. de. **Tractatus ethico-politicus**: genealogia do ethos moderno. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

ORDINE, Nucio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PATIAS, T.; GOMES, C.; OLIVEIRA, J. M.; BOBSIN, D.; LISZBINSKI, B. B. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, p. 125-147, 2017.

PETTIGREW, T. F. Prejudice and Discrimination. In: WRIGHT, J. D. (Org.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. Amsterdã, Países Baixos: Elsevier, 2015.

POPOV, A.; SOLOVEVA, T. Social innovation in Russian scientific discourse. **European Public & Social Innovation Review**, v. 3, p. 14-22, 2018.

RAMOS, J. A. S.; OROZCO, C. A. M. La participación ciudadana en los procesos de innovación social de las fundaciones de cuarta generación en la ciudad de Barranquilla. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, p. 126-140, 2019.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUEEDE, D.; LURTZ, K. Mapping the Various Meanings of Social Innovation: towards a Differentiated Understanding of an Emerging Concept. **SSRN Electronic Journal**, p. 1-51, 2012.

RYAN, J. Critical leadership for education in a postmodern world: emancipation, resistance and communal action. **International Journal of Leadership in Education Theory and Practice**, p. 257-278, 1998.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SANDEL, Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. E-book.

SILVA, E. de J. F. da S. Enfrentando uma dívida histórica: UFMG aprova cotas na pós-graduação. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 09, p. 428-456, 2017.

SILVA, M. L. A. de M.; AMARAL, E.; MACHADO, H. da C.; PASSERI, S. M. R. R.; BRAGANÇA, J. F. Influência de políticas de ação afirmativa no perfil sociodemográfico de estudantes de medicina de universidade brasileira. **Revista brasileira de educação médica**, v. 42, n. 3, p. 36-48, 2018.

SOUZA, A. C. de; BRANDALISE, M. A. T. Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença. **Avaliação**, v. 21, n. 2, p. 415-438, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. E-book.

VAN WIJK, J.; ZIETSMA, C.; DORADO, S.; BAKKER, F. G. A. de; MARTÍ, I. Social Innovation: Integrating Micro, Meso, and Macro Level Insights From Institutional Theory. **Business & Society**, p. 1-32, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VEYNE, P. **Foucault:** o pensamento, a pessoa. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim** - Série Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2016.